



Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Palácios.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações e louvor ao Dr. NOEDI BITTENCOURT MARTINS, Presidente eleito da FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CÂMARAS JÚNIOR DO BRASIL – CAJUBRA.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Em conclave nacional, realizado de 20 a 24 de junho do corrente, na Cidade de Foz do Iguaçu, foi eleito Presidente da Federação Nacional das Câmaras Júnior do Brasil, o jovem advogado paranaense, Dr. NOEDI BITTENCOURT MARTINS, funcionário do quadro superior do Tribunal de Contas do Estado.

A eleição deu-se durante o transcorrer da XXV Convenção Nacional da Câmara Júnior, que trouxe ao Paraná, representantes de todo o território brasileiro.

A Câmara Júnior, da qual tenho a honra de pertencer como membro atuante, ocupa lugar de grande destaque no concerto das entidades que se ocupam de análise e discussão da problemática social e do treinamento de liderança do indivíduo, além de trabalhos comunitários voltados para o

bem estar da coletividade.

Considerando também que, nesses 64 anos de existência da Câmara Júnior, 32 dos quais no Brasil, a entidade soma mais de 600.000 membros em 93 países do mundo, promovendo a elevação do nível de vida dos povos e concorrendo para o desenvolvimento de milhares de comunidades e efetivados.

Assim proponho aos senhores plenaristas a aprovação do voto de congratulações e louvor ao Dr. NOEDI BITTENCOURT MARTINS, eleito Presidente Nacional da Federação das Câmaras Júnior do Brasil, e solicito que seja dado ciência do presente ainda, além do homenageado, à Secretaria da Federação Nacional das Câmaras Júnior – CAJUTIBA; ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Júnior de Curitiba – CAJUTIBA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Aplauso.

À arte, ao talento, à criatividade.

Ao espírito arrojado e conquistador de paranaenses identificados com padrões novos de conduta intelectual e profissional.

Ao triunfo que engrandece o Paraná.

À Múltipla Propaganda pela conquista do "Galo de Ouro", o mais importante prêmio da publicidade brasileira.

Concorrendo com cerca de 300 comerciais produzidos no Brasil, o filme "Poupe água", apague a luz" criado pela Múltipla Propaganda para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL -, foi o vencedor do 1.º Festival do Filme Publicitário Brasileiro, realizado em Gramado, Rio Grande do Sul.

A escolha foi feita com a participação da Price Waterhouse - Auditores Independentes, entidade responsável pelo Manual de Organização do Oscar para a Academia de Artes e Ciências de Hollywood.

O júri contou com a participação de 12 membros, escolhidos entre as mais destacadas personalidades ligadas à comunicação no Brasil.

O "Galo de Ouro" é o sexto prêmio conquistado pelo mesmo filme, criado num momento em que o Paraná foi convidado a participar do esforço coletivo pela economia de água e luz à estiagem.

Anteriormente, o filme "poupe água, apague a luz" recebeu menção honrosa no Festival Ibero-Americano de Propaganda, realizado em Barcelona, Espanha; medalha de ouro no Prêmio Colunistas, regional; medalha de prata no Prêmio Colunistas, nacional; Prêmio Mercado Região Sul da Rede Globo de Televisão; Medalha de Ouro do Anuário do Clube de Criação de São Paulo. Agora, o "Galo de Ouro" de Gramado.

A Múltipla é uma empresa de propaganda genuinamente paranaense e o impressionante conjunto de prêmios que já recebeu, atesta, com clareza, a maturidade profissional conquistada pelo Paraná na área da propaganda.

Pelas razões expostas, ouvido o Plenário desta Assembléia, requeiro, na forma regimental, um voto de aplauso à Múltipla Propaganda.

Da decisão, requeiro seja cientificada a diretoria da empresa homenageada.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de aplauso à Diretoria Financeira da TELEPAR, tendo em vista sua determinação de autorizar o pagamento das contas mensais em qualquer estabelecimento bancário indicado pelo usuário, mesmo em localidade diversa daquela em que o telefone estiver instalado.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme foi amplamente divulgado, a TELEPAR através de sua Diretoria Financeira, acaba de autorizar o pagamento das contas mensais em qualquer estabelecimento bancário indicado pelo usuário, mesmo em localidade diversa daquela em que o telefone estiver instalado.

Essa salutar medida já está em vigor para todos aqueles que desejam pagar suas contas em Curitiba, e, a partir de 1.º de julho será estendida para todos os municípios do Paraná.

Assim, quem tiver um telefone instalado na praia poderá quitar suas contas no local em que reside ou trabalha.

Da mesma maneira, será facultado ao usuário pagar as mensalidades no local de sua residência ou de trabalho.

A instrução em tela parece-nos merecedora do registro e aprovação ora propostos neste voto de aplauso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de aplausos à Campanha Assistencial aos Flagelados da Nicarágua que se realiza em nosso Estado.

Da deliberação desta Casa, seja dado ciência aos promotores da Campanha, cuja sede acha-se localizada no Colégio Bom Jesus, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

A Campanha nasceu com fins exclusivamente humanitários e foi inspirada por estudantes nicaraguenses e brasileiros em nossa Capital. Obteve imediatamente apoio de todas as camadas sociais que responderam com donativos ofertas em espécie e mantimentos, bem como roupas.

O movimento iniciado por um pequeno grupo conta hoje com o apoio da Reitoria da Universidade Federal, Secretaria da Saúde e Bem Estar Social do Paraná, dos Diretórios Acadêmicos da Universidade Católica do Paraná, da Imprensa de nossa Capital.

A Campanha recebeu a mais irrestrita colaboração da Cúria Metropolitana de Curitiba. O Arcebispo praticamente timoneia esse movimento de socorro aos flagelados de Nicarágua, vítimas de uma guerra fratricida.

Ao propor este voto de aplauso, o subscritor do presente visa apoiar esse movimento humanitário, em prol dos irmãos das Américas que passam por momentos difíceis e estimular os belos gestos de jovens, da Universidade, do Governo do Estado e da Igreja Católica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Chefe do Poder Executivo, no

sentido de ser determinada à Secretaria de Estado da Educação, a criação de uma Inspeção de Ensino no Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

Tal apelo se faz, em razão do considerável número de escolas secundárias e primárias naquela região, que vem se ressentindo de uma Inspeção de Ensino, com o intuito de dar maior amparo e solução aos problemas educacionais com a brevidade necessária, considerando o fato do crescimento populacional daquela região.

A proposição ora apresentada, vem no sentido de colaborar com o Poder Executivo, visando atender aos reclamos daquela progressista região do nosso Estado, que muito tem colaborado e ajudado no desenvolvimento, quer econômico, quer social e educacional do Paraná.

Justo, pois, que o reconhecimento do esforço municipal, mereça dos órgãos públicos a retribuição aos seus reclamos, que em última análise, vem contribuir para que o progresso que vem sendo grande, não sofra solução de continuidade.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 47/79, de sua autoria, que versa sobre idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) WILSON FORTES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Banco do Brasil em nosso Estado, solicitando a credenciação de cerealistas que possuam condições de estocagem e armazenamento do trigo, já que somente as cooperativas são credenciadas por aquele órgão.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que somente as cooperativas estão credenciadas pelo Banco do Brasil, para a compra, estoque e armazenamento do trigo, e isto, em virtude de safras grandes, vem causando perdas do cereal, em detrimento de seus produtores.

Com a credenciação de cerealistas que possuem condições para a estocagem e armazenamento, não haverá perda deste cereal, já que mesmo com super safras, o País ainda importa trigo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa de ofício ao Ministério da Indústria e Comércio - agradecendo as determinações até agora tomadas pela Pasta, em atendimento a requerimento de autoria do ex-Deputado Valter Pietrângelo, aprovado pela Casa na sessão de 30 de junho do ano passado.

Por tratar-se a aprovada matéria, de SOLICITAÇÃO DE SINDICÂNCIA, que reivindicamos do Órgão Ministerial sobre as atividades de uma das maiores empresas nacionais do ramo de fabricação de implementos agrícolas e moto-serras; REQUEREMOS, outrossim, por dever de respeito e justiça, para com a Indústria Hatsuta Suzuki Industrial S/A, que o Ministério da Indústria e Comércio, receba o texto integral da presente matéria legislativa, contando os necessários esclarecimentos consubstanciados no expediente que recebemos do ex-Deputado Valter Pietrângelo.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, 27 de junho de 1979.

"Senhor Deputado Antônio Facci.

Lamentavelmente, não mais tenho assento nesta augusta Assembléia, para dar satisfação à Casa e cumprir um dever de reparação que se me afigura amplamente justo.

Trata-se, eminente Deputado, de esclarecer definitivamente o assunto contido em requerimento de nossa autoria, então exercendo o Mandato Parlamentar outorgado nas eleições democráticas de 1974; matéria essa aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em sessão de 30 de junho de 1978.

Ocorre, que o requerimento mencionado, solicitou do Ministério da Indústria e Comércio, a realização de Sindicância nas atividades da Empresa Hatsuta Suzuki Industrial S/A, em todo o território paranaense.

Na ocasião, a matéria foi instruída por denúncia formulada pela Agropecuária Morretes Ltda., atestando que a Indústria estaria cometendo irregularidades.

Atendendo a solicitação pretendida, a Pasta da Indústria e Comércio, determinou providências, e se constatou QUE AS ATIVIDADES DA HATSUTA SUZUKI INDUSTRIAL S/A SÃO ELOGIÁVEIS, CORRETAS E DE TOTAL INTERESSE À POLÍTICA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL DA NAÇÃO.

Por outro lado, o testemunho eloquente atestando a nobreza do atendimento e a insuperável qualidade dos produtos da Hatsuta Suzuki Industrial S/A., é porposto pela própria Agropecuária Morretes Ltda., através do Sr. José Jonas Paraná Fagundes, seu Diretor Proprietário, em correspondência a nós dirigida, cujo texto integral, transcreveremos em seqüência:

"Caríssimo Sr. Valter Pietrângelo, ainda imensamente grato pela atitude de Sua Senhoria no assunto que envolveu a Agropecuária Morretes Ltda., de minha propriedade, com a Hatsuta Suzuki Industrial S/A., fabricante das Moto-Serras **HATSUTA**, em matéria legislativa consubstanciada no requerimento datado de 30 de junho do ano passado, e no ofício de 03 de abril do mesmo ano, venho com prazer à sua presença esclarecer o seguinte:

- a)- A interferência de Sua Senhoria foi fundamental para que, de encontros de informações entre esta e aquela Empresa, fossem ajustados, é que os laços comerciais e de amizade que existiram, retornassem agora mais fortalecidos.
- b)- Lamentavelmente a irresponsabilidade de alguns, que felizmente tiveram passagem muito curta nos caminhos do nosso relacionamento, criaram os problemas, que presentemente não mais existem: foram todos eles solucionados através das informações reais e das atitudes sábias e inflexíveis da atual Diretoria da Hatsuta Suzuki Industrial S/A, que tem principalmente, na pessoa do Diretor-Presidente, Sr. TAKESHI IMAI, uma das mais lúcidas inteligências deste País a serviço da Agricultura Nacional.
- c)- Todos os males vêm para bem, Sr. Deputado. Digo isto tão somente para lhe afirmar que o desentendimento que ocorreu entre a minha Firma e a Hatsuta Suzuki Industrial S/A., gerado pela inépcia dos que já foram, servir perfeitamente para que nós pudéssemos avaliar o alto grau de competência, respeito e clareza dos Diretores atuais dessa extraordinária Empresa Industrial.
- d)- Finalmente, devo informar Sua Senhoria, que em demoradas visitas que fizemos a todos os Departamentos da Hatsuta Suzuki Industrial, pudemos, com clareza, cientificar da inigualável evolução

ocorrida na Empresa, desde o setor de Computação, ao Industrial, Social, Comercial, Peças, Distribuição, Burocrático e Assistência Técnica, até a filosofia diplomática dos Órgãos de Direção e demais escalões; os serviços prestados pela Hatsuta Suzuki Industrial, dão-na a posição de A MAIS IMPORTANTE EMPRESA NACIONAL DO RAMO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

Outrossim, solicito de S.S.^a a indeclinável gentileza de proceder os essenciais esclarecimentos junto ao Ministério da Indústria e Comércio (em 05 de junho de 1979).

Entendemos de bom alvitre, nobre Deputado Facci, informar ainda, que tivemos o cuidado de visitar todas as instalações industriais, comerciais e burocráticas da Hatsuta Suzuki Industrial S/A, onde fomos recebidos com fidalguia e pudemos confirmar a excelência de atuação da Empresa, fundada humildemente em 16/03/1963, e que atualmente tem a Matriz em Guarulhos-SP. e a Filial n.º 1, na localidade de Agudos-SP.

O capital majoritário da Empresa é Nacional, contando inclusive, com a participação do Governo através do Investimentos Brasileiros S/A - IBRASA -, subsidiária do BNDE.

No ramo da indústria e comércio de implementos agrícolas, a HSI está fabricando toda a linha de pulverizadores, de múltipla aplicação agrícola entre os quais: bombas pulverizadoras com diversas capacidades; conjuntos atomizadores, desde costal motorizado até nas versões acopláveis a trator; e tracionáveis a trator; turbo atomizador, tracionado a trator destinado a grandes pomares, além da linha de produção de moto-serras em dois modelos, cujo índice de nacionalização é a mais alta das marcas atualmente fabricadas no Brasil.

Chegam a mais de 50.000 metros quadrados de área construída os inúmeros departamentos da HSI, e ainda uma grande área que compreende a Fazenda para Testes.

Utilizando em torno de 1.000 empregados. Atualmente, todas as máquinas fabricadas são conquistadas de uma sofisticada tecnologia brasileira, desenvolvida por técnicos também brasileiros, além de ser a única Empresa no País, que domina a técnica dos motores leves de combustão na sua categoria.

Tais motores, constituem hoje as moto-serras e atomizadores motorizados, possibilitando ainda inúmeras outras aplicações, ora em desenvolvimento.

Também é a primeira Empresa Brasileira a desenvolver motores leves de combustão a álcool, apresentado no Simpósio de Alternativas Energéticas.

A Hatsuta Suzuki Industrial S/A, mantém o Centro de Desenvolvimento Técnico (CEDETEC), que forma por ano, cerca de 500 técnicos, através de cursos mantidos normalmente.

São técnicos oriundos dos mais diversos pontos do Brasil, além da formação de técnicos em agronomia.

No Brasil, a HSI coloca a distribuição dos seus produtos a cargo de mais de 600 revendedores, localizados em todos os Estados da Federação.

No Exterior, a distribuição abrange todos os países da América Latina e o Caribe.

Presentemente, a Empresa se encontra numa posição privilegiada quanto ao domínio da tecnologia agrícola no que concerne ao ramo de sua atuação, e tem plenas condições de desenvolver os equipamentos de real interesse da agricultura.

A Empresa, para contribuir com a sua parcela no esforço Governamental de incrementar as Exportações, está desenvolvendo novos Mercados Externos como os: Estados Unidos, Canadá, Europa e Oriente Médio.

Em razão do exposto, apelo ao caríssimo Deputado, a indefinível fineza de transmitir aos Srs. Deputados, como também, ao Ministério da Indústria e Comércio, a VERDADE expressada nesta correspondência."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Educação do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes no sentido de que seja implantado no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá, curso a nível de Segundo Grau, com objetivo de atender a demanda de estudantes residentes naquele distrito, que no presente, têm que deslocar-se até à sede do município para continuar os estudos, onerando ainda mais os jovens que pretendem, embora com dificuldades quase intransponíveis, prosseguir em busca do saber. O Distrito de Iguatemi, localizado entre Maringá e Mandaguaçu, está em pleno desenvolvimento, merecendo as atenções dos órgãos governamentais, principalmente no que concerne aos problemas de educação.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, hipotecando integral solidariedade desta Casa, a luta das autoridades maringenses e, em particular, da Câmara Municipal daquele município, no sentido de que aquela cidade passe a ser servida por aeronaves de grande porte. Desnecessário se faz repetir a importância sócio-econômica de Maringá no cenário nacional, tanto os Senhores Deputados, quanto o Ministério da Aeronáutica já possuem pleno conhecimento da grandiosidade e desenvolvimento de Maringá, e, por entender justa e oportuna tal reivindicação é que pleiteamos o apoio do Poder Legislativo Estadual à pretensão maringense.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrevere, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER, sejam enviadas em seu texto integral cópias dos TELEX que recebeu da COOPERATIVA AGRÍCOLA DO OESTE LTDA. -- COOPAGRO -- de Toledo - PR -- (cópias anexas), ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, e solicitando, com a urgência que o caso requer, as medidas reclamadas nos citados documentos, quais sejam, a solução definitiva com referência aos endossantes e avalistas de Notas Promissórias Rurais emitidas pelo Grupo FRIMESA/OLEOLAR, assim como providências imediatas para o financiamento de milho, a fim de conter o drama que se avizinha com a falta de alimentação destinada aos rebanhos de suínos, com risco de seu total desaparecimento.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979.

(a) EGON PUDELL

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Município de Marechal Cândido Rondon e seu povo há poucos dias passados foram denegridos por um Deputado oposicionista, ao discursar que "o último ao sair apague a

luz".

Não gostaria de usar esta tribuna para me ocupar em responder discursos aqui proferidos que trazem em seu bojo intenções de nítida provocação.

Numa apologia apocalíptica, sob inconfessáveis interesses, desejou o Parlamentar levar o desânimo ao bravo povo rondonense.

Hoje desejo dar algumas respostas, que podem mais servir como esclarecimento ou uma reposição da verdade, a quem não conhece o Município de Marechal Cândido Rondon.

Isto inclusive se torna necessário para que as inverdades e os "slogans" demagógicos, não se firmem como fatos aceitos como verdadeiros, em virtude da tática de seguidas repetições.

Foi dito que os municípios da faixa de fronteira e especialmente o de Marechal Cândido Rondon estão em falência. E quis se atribuir essa alegada situação, à existência de Prefeitos nomeados.

Ora, longe de defender a norma vigente de os Prefeitos serem nomeados para as áreas fronteiriças do País, dizer -- no caso de Marechal Cândido Rondon -- que o Município por isso iria mal em sua economia, é no mínimo tentar enganar os menos esclarecidos.

Marechal Cândido Rondon, para quem acompanha a história recente, sabe que desde 1970, portanto há nove anos -- não há 14 anos, como se afirmou -- está incluído na área declarada de segurança nacional.

Eu reconheço, modéstia à parte, e agradeço, que o "povo (rondonense) lembra com saudade as primeiras administrações", como afirmou textualmente o Deputado Gernote Kirinus, porque, para quem não sabia, fui o segundo Prefeito daquele Município.

Fui eleito em memorável pleito direto, por expressiva maioria de votos, lançado que fora pelo primeiro Prefeito, Arlindo Lamb, de cuja administração participei exercendo a função de Fiscal Geral.

Após o término do meu mandato, no início de 1970, não houve mais eleições para Prefeito.

O bom povo rondonense continua confiando em seus homens de bem, porque estes trouxeram e continuam a trazer o progresso em conjunto com a comunidade, num trabalho construtivo.

Senhor Presidente, a ARENA nunca temeu eleições em Marechal Cândido Rondon, a contrário do que se apregooou.

Os exemplos estão claros: a Câmara Municipal está formada por sete vereadores arenistas e dois do partido da oposição; este humilde Deputado recebeu há pouco mais de meio ano, em 15 de novembro passado, sua terceira consagração popular, tendo sido reconduzido pela segunda vez à Assembléia Legislativa, desta feita com 13.533 votos, dos 23.146 válidos, naquele município.

Fui eleito, pela ARENA, em sétimo dos 58 Deputados, não em último lugar, como o oposicionista que deseja dar a entender que fala em nome de todos os rondonenses.

Portanto, a ARENA, em Marechal Cândido Rondon não teme, como nunca temeu as eleições diretas.

Apenas não embarca em demagogia barata, acreditando em eleições para daqui sessenta dias na área de fronteira, somente porque um Deputado da oposição apresentou um projeto neste sentido.

As eleições para Prefeito poderão vir, da nossa parte nunca nos manifestamos contra, muito pelo contrário, há cerca de um mês, junto com outros colegas Deputados arenistas, enviamos telex ao Senhor Presidente da República, em favor do pleito direto em áreas de fronteira.

Porém, convém sermos realistas: as eleições virão se o Governo Federal assim considerar conveniente em época própria e quando for alterada a Constituição Federal por Emenda aprovada pela maioria do Congresso Nacional.

Portanto, que fique bem claro; nunca fui contra as eleições diretas para Prefeito e qualquer declaração nesse sentido, a mim imputada, é mentirosa.

Senhor Presidente. O Prefeito atual de Marechal Cândido Rondon, no cargo há cerca de um ano, era Vereador, eleito pelo povo em duas eleições, já afirmei isto, aqui outro dia. É um legítimo representante do povo, porque saiu do seio do povo.

Todas as pregações, tão em moda ultimamente em certos setores da oposição, no desejo manifesto de tentar indispor o povo com a autoridade constituída, eu as repilo com veemência. Como também não aceito os apelos subliminares em torno do uso da violência, na forma como "entendemos que estão tornando impossível a resistência pacífica".

Senhor Presidente. Chegou-se então a dizer que, em razão da não-eleição direta do Prefeito, "hoje a população rondonense está seriamente ameaçada de extinção". Ora, onde fica o bom senso numa afirmativa destas?

Admitimos que nem tudo vai bem.

Reconhecemos que aquele Município, principalmente por ter sua economia baseada quase só na agricultura e pecuária de pequeno porte, sofreu e ainda sofre uma séria crise.

Esta situação vem provocada por repetidas frustrações de safras, ora por falta de chuvas, ora por geadas.

Seria o Prefeito nomeado, disto tudo culpado? Ou por outra, mediante a simples eleição de Prefeito, todos os problemas se resolveriam?

E nos outros municípios onde a situação se apresenta idêntica, inclusive no município de Prefeito emedebista, como Assis Chateaubriand, os culpados, quais são?

É sabido que muitos municípios enveredaram para uma monocultura, na região do extremo oeste, baseada em soja e trigo.

Estas culturas, requerem muitos investimentos em maquinário, insumos químicos de alto valor, além de a cada safra ser provável as suas reduções em quantidades por área, devido ao natural enfraquecimento da terra.

Além disso é lógico que a monocultura gera o latifúndio, mediante a aquisição das terras dos que tem pouca área. Os pequenos sítiantes, insistindo na monocultura como de soja e trigo, não dispõem de condições para efetuar todos os investimentos exigidos.

A consequência é a venda de terras, de cinco a quinze alqueires para seus vizinhos e com o dinheiro recebido adquirir cem ou duzentos alqueires em outras regiões, como Mato Grosso, Pará, Rondônia.

Este fenômeno é real, não só em Marechal Cândido Rondon como em toda região — também em municípios que tem seus Prefeitos eleitos, a exemplo de Toledo, Palotina, Assis Chateaubriand, só para citar alguns.

Este modesto Parlamentar foi um dos primeiros a se preocupar com o êxodo rural, tendo em 25 de julho de 1977, nas comemorações do aniversário do Município, perante uma multidão e em ato transmitido por emissora de rádio, feito um apelo aos agricultores no sentido de procurar diversificar a agricultura.

Citei na ocasião as oportunidades que se oferecem para a suinocultura, a avicultura, a plantação de mandioca, a horticultura, a fruticultura.

Naquela oportunidade, achei por bem fazer esse apelo, que hoje continua válido e felizmente já reconhecido por muitos agricultores.

Decidi, como é de meu feitio, atuar concretamente, construtivamente, tendo no entanto minhas palavras inclusive sofrido distorções por alguns pseudo-religiosos atuantes em política partidária que diziam ter eu chamado os agricultores de preguiçosos. O povo, porém, já está devidamente vacinado contra os profissionais em distorções de palavras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Insisto, hoje,

como ontem dizia, em Marechal Cândido Rondon da mesma forma como em outros municípios, para que lá não se formem latifúndios, se bem que produtivos, é imperativo a implantação da policultura, diversificada e rotativa, absorvente de mão-de-obra, com maior emprego de insumos naturais e não tão presa a implementos caríssimos.

Na diversificação da lavoura também se evitaria a demasiada sujeição aos fatores climáticos como está ocorrendo quando apenas uma cultura existe.

Enquanto isto não acontece, os grandes agricultores continuam adquirindo as terras dos pequenos, infelizmente, seja dito.

Mas, será que alguém pretende atribuir ao Prefeito nomeado a "omissão" em não proibir com que haja a venda de terras, por parte de quem é o legítimo dono delas?

A par de mudança no sistema da agricultura, advogo também o surgimento das agroindústrias, por pequenas que sejam.

Estariam aí, a meu ver, os fundamentos para a fixação do homem no seu meio, evitando assim a formação de contingentes de bóias-frias e a inchação das cidades.

Trabalhar nesse sentido, nas origens dos problemas, isto na minha religião é considerado uma causa justa e nobre, porque visa o bem do próximo.

Devido ao fator da venda de terras dos pequenos aos grandes lavradores, há uma conseqüente diminuição da população — o que é mal para o município — e que vem, por sua vez, se refletir no próprio comércio e em algumas indústrias.

Senhor Presidente, Marechal Cândido Rondon precisa de auxílio do Governo do Estado e da União, para incrementar seu desenvolvimento, com mais estradas asfaltadas, cursos voltados para a formação de mão-de-obra utilizável na própria região e tantos benefícios mais, entre os quais anseia por uma maior participação nas rendas.

Vale dizer, neste instante que, muitos empresários acreditam no futuro do município, malgrado as críticas destrutivas, a paisagem negra e extremamente pessimista que se deseja traçar para Marechal Cândido Rondon, como se estivesse à beira da falência.

Ainda recentemente voltou a funcionar o frigorífico, agora sob o comando da Swift S/A., com excelente desempenho, no abate de suínos, inclusive com planos para ampliação da indústria e implantação de abatedouro de aves.

Igualmente, desmentindo os derrotistas, vem funcionando a Indústria Cereser S/A., ex-Cirosa, no beneficiamento de óleos vegetais, também com idéias de ampliação na sua capacidade de moagem.

Da mesma forma vem operando a Indústria de Laticínios Rainha, que possui filial em Cascavel, atendendo a toda a região.

Com satisfação devo, outrossim, registrar que para breve é intenção da Fecularia Lorenz fazer funcionar com grande capacidade a industrialização de mandioca, gerando desta forma mais impostos e criando mais empregos.

Isto para se ater a estas nominalmente, se bem que há outras indústrias mais, da mesma forma participando do desenvolvimento de Marechal Cândido e do Estado.

É importante assinalar que o município procura sempre conceder estímulos à infra-estrutura das indústrias que se instalam ou ampliam suas atividades.

Senhor Presidente. Volto a frisar que concordo de que nos últimos anos houve certo declínio na economia, porém também de um modo quase geral no Estado, em razão dos fatores que citei antes.

Os índices de retorno do I.C.M. estão aí a confirmar que Marechal Cândido Rondon em 1974 colocou-se em 19.^o lugar; no ano seguinte em 17.^o; para 1976 em 13.^o; em 1977 em 12.^a posição; em 1978, em 11.^a e para 1979 no 9.^o lugar,

dentre os municípios paranaenses.

Para o laborioso povo de Marechal Cândido Rondon, responsável pelo progresso, tributo aqui minha homenagem sincera.

Tornou-se hábito, Senhor Presidente, por alguns, culpar os homens do Governo ou do Partido do Governo, por tudo que acontece de errado até na iniciativa privada.

Vejam, senhores, que até se cooperativas vão mal, sofrem intervenção do INCRA, como aconteceu com a CERCAL de Marechal Cândido Rondon, por isto também é inculcado o Prefeito nomeado, como foi dito em discurso desta tribuna! A primeira vista, dá a impressão que as cooperativas não têm suas diretorias e seu conselho fiscal eleitos democraticamente por seus associados, em Assembleia Geral!

É claro que a Administração Municipal, nas atribuições de prover a tudo quanto respeite ao peculiar interesse da população, deve auxiliar as cooperativas, naquilo que estiver ao seu alcance, como aliás sempre foi feito em Marechal Cândido Rondon, que situa, por sinal, entre os municípios de maior número de propriedades servidas por eletrificação rural.

Agora dizer que o Prefeito nomeado é culpado de algum insucesso ou falha administrativa, nas cooperativas, chega às raias do absurdo.

Admito que nos longos anos que venho labutando em favor do bom povo de Marechal Cândido Rondon - terra que viu nascer meus filhos - município que nunca faltou com seu apoio, reconheço que possa ter errado em alguma coisa.

Finalizando, devo dizer que realmente aqueles que constroem, que trabalham em prol do bem estar da população, estão sujeitos a errar, ao longo de seu trabalho, por algum benefício não ter alcançado a finalidade almejada.

Tal risco, já não correm os que além de críticas infundadas, nada realizam.

Estes nada podem errar, porque não tem onde errar.

Aos homens íntegros e bem intencionados sempre resta o consolo de em cada boa obra ver o seu dever ser cumprido e com isso a paz e tranquilidade de consciência."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna um artigo escrito pelo jornalista Rui Lopes, fazendo considerações a respeito do projeto de anistia, que ontem foi apresentado à Nação.

Por julgar este artigo e suas posições muito corretas é que eu passo a fazer a transcrição desse artigo do referido jornalista.

(Lê): "Há um adjetivo na língua portuguesa que qualifica admiravelmente bem o projeto de anistia que o Sr. João Batista Figueiredo encaminhou ao Congresso: pífio. Porque a proposta mistifica de maneira grosseira o significado de anistia, e se revela subalterna em seus objetivos.

"Aos que imaginam que esse julgamento é demasiadamente severo, recomenda-se a leitura atenta da mensagem presidencial. A primeira conclusão inarredável é que os grandes beneficiários da medida serão os que mataram ou torturaram do lado do Governo, pois os adversários foram expressamente excluídos. Só esse fato basta para caracterizar o nível do projeto.

"Ora, dirão os advogados do situacionismo, estão sendo anistiados também os que foram condenados por suas idéias e os atingidos pelos atos institucionais, com exceção dos corruptos. Sem dúvida estão.

"Entretanto, os que foram condenados por suas idéias não praticaram crime nenhum. Se há culpa de alguém, nesses casos, ela deve ser localizada entre os que editaram dispositivos excepcionais, como o art. 43 da antiga Lei de Segurança, os que fizeram os processos e os que proferiram as sentenças.

Todos aqueles mandados para a cadeia são vítimas de uma violência como fundo ideológico, tão execrável quanto qualquer outra. A anistia deve ser aplicada portanto, aos que a cometem, não às vítimas.

"O problema dos cassados por atos institucionais é ainda pior, porque não houve sequer o simulacro de julgamento sob legislação iníqua. As punições derivaram da vontade do príncipe, sem que ao punido coubesse qualquer defesa ou reclamação. Então vamos perdoar agora o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti? Ou o Capitão Sérgio do Parasar? Perdoar o que?

"E o Mário Covas, para citar apenas um exemplo de dignidade entre os milhares de cassados, vai ser anistiado também? Haverá um portador para levar a anistia ao Carlos Lacerda, ao Juscelino e a todos aqueles que amargaram até a morte o estigma da injustiça? Os cassados é que deveriam fazer uma reunião e votar a anistia dos governantes prepotentes que os violentaram.

"Isto posto, voltamos à idéia original: os grandes beneficiários são os que cometeram crimes estando do lado da situação. Mas há outros que se aproveitarão também da anistia, que abrangerá delitos políticos e conexos. Nesses conexos se safam todos os que praticaram fraudes eleitorais e irregularidades semelhantes, nos últimos tempos. Por coincidência, uns noventa por cento pertencem à ARENA, num cálculo feito pelas notícias estampadas nos jornais.

"Estarão salvos, ainda, os amiguinhos afastados em outras épocas, ao tempo de administrações lideradas por facções dissidentes. De acordo com o projeto, a reintegração nos cargos dependerá da existência de vaga e do interesse dos donos do poder. Imaginem só para quem haverá lugar e para quem não haverá.

"Por todos esses motivos, pífio é um adjetivo que se ajusta como uma luva ao projeto de anistia do Sr. Figueiredo." O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta manhã, para referir-me a um assunto que já foi por demais debatido nesta Casa. E que, domingo, ainda os jornais estampavam a apreensão daqueles que tiveram problemas com as NPRs.

Falou-se muito, aqui, sobre o problema da FRIMESA, grupo nacional que entrou em concordata e que, hoje, está em falência.

O drama que viveu e que vive o suinocultor, o fornecedor de produtos para sua organização, viveu, posteriormente, mais um drama de idênticas proporções porque passou a fornecer o produto - suor de seu sacrifício - a um outro grupo que se tem feito menções ligeiras, e que é o grupo COMABRA.

Permitam-me, nobres Colegas, que lhes faça um breve relato sobre o que chegou a nossas mãos e que diz respeito ao grupo COMABRA.

COMABRA é uma organização formada por argentinos, cujo Presidente já teve problema em seu País e que se mudou, posteriormente para os Estados Unidos. E adquiriu, depois, o grupo então da Wilson.

E vejam, Srs. Deputados, que parece que foi um plano montado. E isso nos leva a crer, porque, Wilson que era uma organização tradicional, frigoríficos que, por muitos anos, prestou serviços em nosso País e que quando seus estabelecimentos industriais se encontravam um tanto obsoletos, foi adquirido por um grande "expert" internacional. E este verificando os créditos que eram oferecidos pelos diversos estabelecimentos nacionais e internacionais, remodelou aquelas fábricas, investiu sim, somas fabulosas na remodelação do frigorífico, principalmente de Ponta Grossa, do frigorífico de Ozasco, organizando, segundo nos consta, até outras fábricas mas, aproveitando os créditos polpudos que eram oferecidos,

e não obstante isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, preparou os fornecedores que, se servindo inclusive das INPRs quando os próprios produtores eram os co-responsáveis pela mercadoria que produziam e que entregavam, estes, aproveitando-se desta situação, levantaram inúmero vulto de matéria prima para depois então, entrarem em concordata.

Sobre o assunto nós temos muito a lhes dizer, mas, esperamos que aquele grupo sinta a responsabilidade, e solucione o quanto antes possível porque ainda existem INPRs como é o caso no Fórum de Francisco Beltrão, em execução, por estebelecimentos particulares que ainda não trataram de solucionar o assunto.

Como está esgotado o horário, nós voltaremos novamente tratando disto mas deixamos estampado, aqui, o nosso protesto por aquela situação que vive o nosso suinocultor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebo hoje, um convite formulado pela Campanha Nacional de Escola da Comunidade - Secção do Paraná, que está completando no corrente ano, trinta anos de relevantes serviços prestados ao Brasil.

Fundada em 1949 pelos irmãos Lincoln da Cunha Pereira e Francisco da Cunha Pereira Filho teve, nos seus primeiros anos, grandes dificuldades, grandes lutas até, à sua consolidação nos dias atuais. Neste momento, quero congratular-me com a Campanha Nacional de Escola da Comunidade, pela passagem do seu trigésimo aniversário, e congratular-me, também, com o Conselho, pela decisão justa e homenagem justa que deverão prestar no próximo dia 9 de julho, aos fundadores da Campanha e àqueles que lutaram e prestaram relevantes serviços não só ao Paraná, mas ao Brasil.

No dia 9, às 20,00 horas, no Auditório da Reitoria, com a presença de autoridades de várias partes do Brasil, serão agraciados com a Ordem do Mérito Cenecista... o Dr. Felipe Thiago Gomes, fundador da Campanha no Brasil; a Professora Léa D'Aquino Bandeira que, no Rio Grande do Sul, prestou relevantes serviços e, em Brasília, continua nesta mesma luta, atendendo a Campanha em todo o Brasil; o Dr. Arnaldo Busato, Deputado Federal, que há mais de dez anos integrado na Campanha, fez com que aqui no Paraná pudesse se dar um atendimento aos municípios que não tinham condições de funcionamento, pela rede estadual do 1.º grau, nos distritos, e 2.º grau, em vários municípios; e ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, que, fundador da Campanha no Paraná continua até hoje integrado nesta Campanha dando todo o seu apoio. A Campanha mantém, hoje, escolas em oitenta e seis municípios do Paraná. Possui setenta e dois cursos de 2.º grau; sessenta e três cursos de 1.º grau; tem os seus setores locais, e em vários municípios, e aqui, em Curitiba, a campanha, setor estadual, que é e tem sob o comando da Administração, o professor João Calixto de Medeiros, e na Presidência, Dr. Arnaldo Busato e na Presidência do Conselho, o nosso ex-Governador, Jayme Canet Júnior.

Vários companheiros nossos desta Casa também compõem o Conselho desta entidade, que tantos serviços tem prestado ao Paraná.

Por esse motivo, encaminho à Mesa um requerimento por mim subscrito e também pelo Deputado Werner Wanderer e o Deputado Tércio Albuquerque e pretendo ainda pegar o apoio de outro membro da campanha, o Deputado Egon Pudell. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

um voto de congratulação pela passagem do 30.º aniversário de fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Secção do Paraná, que se dará no próximo dia 09 de julho e que naquela oportunidade serão homenageados os Senhores Dr. Felipe Thiago Gomes; Professora Léa de Aquino Bandeira; Dr. Arnaldo Faivro Busato e Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Requer, ainda, que dê-se ciência do presente àquela Entidade e aos homenageados.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoiamento: Werner Wanderer, Tércio Albuquerque, Carlos Zanlorenzi e Egon Pudell."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste instante, apenas para reafirmar aquilo que já disse há dias atrás, pronunciando-me no Grande Expediente, sobre a situação de desespero e angústia do povo rondonês e eu digo, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, como Deputado que também representa Marechal Cândido Rondon. Acredito que a Constituição me assegura esse direito e há pouco tive de ouvir que, por ser o último votado, não teria eu o direito de representar aquele povo. Represento o povo paranaense. Represento. Não tenho o 7.º lugar, como dizia há pouco um Parlamentar.

Se não tenho direito eu de representar aquele povo, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, com apenas 11.812 (onze mil, oitocentos e doze votos), me pergunto então, com que direito representam e ocupam cargos altos do Estado, pessoas que não têm voto nenhum, como é o caso dos prefeitos nomeados, como é o caso dos biônicos, como é o caso das eleições indiretas, que tem muito menos votos do que eu, como é o caso, do Governador do Estado.

Há pouco o meu pronunciamento foi analisado. Dizia-se que se tratava de demagogia barata, quando pleiteávamos eleições diretas nos municípios de faixa de fronteira e, uns dias atrás, quero deixar claro e reafirmar novamente, que essa demagogia barata não partiu somente do Deputado da Oposição. Se houve demagogia barata, muitos parlamentares da ARENA também se pronunciaram e também são demagogos, portanto, inclusive o próprio Governador do Estado também se pronunciou à imprensa, dizendo que queria e desejava eleições diretas. É ele, também, demagogo, então? E os Vereadores da faixa de fronteira que, por unanimidade, em suas associações também querem e pediram eleições diretas em noventa dias, são eles, também, demagogos, nobre Deputado?

E o requerimento que o mesmo Deputado que usou da palavra, assinou pedindo eleições diretas, também isso é demagogia, Sr. Presidente, nobres Deputados?

Eu não, aquele pronunciamento que fiz em Marechal Cândido Rondon, o fiz baseado, inclusive, exibi as provas aqui, nesta Casa, e tenho todas elas comigo; nenhuma delas carece de ser mentirosa, porque aqui está o depoimento, Sr. Presidente. Srs. Deputados, depoimentos e documentos que provam o arbítrio, desmando, que acontece naquele município na faixa de fronteira, simplesmente, porque o povo, lhe foi roubado o direito de fiscalizar através do voto direto e escolher seus representantes. Aberração, absurdo é o ato de se nomear, em faixa de fronteira, os prefeitos. E eu pedi, naquela ocasião, no meu pronunciamento, uma explicação razoável para tal ato e, para concluir, Sr. Presidente, explicação, não houve. Houve, isto sim, uma espécie de calúnia, dizendo que era demagogia. Demagogia, é sustentar a nomeação de prefeitos naquela região. Mas, existem parlamentares que, para se eleger, necessitam desse expediente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrado o Pe-

queno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Nos últimos meses, as páginas dos jornais paraenses que publicaram lista de maus pagadores estão carregadas de nomes dos que deixaram de pagar sua mensalidade à Companhia de Empreendimentos Hospitalares. São milhares de pessoas que têm os seus nomes nas fichas dos cartórios de protesto e que estão marcadas como não pagadores pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SEPROC. Muitos se vêem ameaçados de sofrerem penhora judicial de seus bens para que o credor se veja ressarcido. Todos estão com o crédito cortado e sujeitos às providências legais que a Companhia de Empreendimentos Hospitalares promete acionar.

Este caso ilustraria apenas as dificuldades do povo se não se tratasse de algo mais grave. Estamos diante, senhores, de um crime contra a economia popular, do crime de colarinho-branco, onde a justiça se coloca do lado do criminoso contra uma imensa massa de ludibriados pelo poder econômico de um grupo que conquistou credibilidade graças aos vínculos e ao apoio que recebeu de órgãos oficiais como a Caixa Econômica Federal.

Acontece, Senhores Deputados, que aqueles que são apontados como maus pagadores são pessoas que já contribuíram com boa soma em dinheiro em troca da promessa de um serviço de assistência médica e hospitalar que não receberam. O empreendimento, localizado no Município de Piraquara, não se realizou. Os serviços prometidos em luxuosos folhetos de propaganda nunca foram prestados e, seguramente, não o serão. É de conhecimento público que o projeto foi destinado ao fracasso.

Para uma população carente de assistência médica hospitalar e que vive numa cidade onde a precariedade das condições urbanas de existência se agravam, foi fácil estabelecer um plano de vendas de cotas a futuros beneficiários de um hospital que anunciava a prestação dos melhores serviços, uma equipe médica qualificada, equipamentos sofisticados.

Os folhetos de propaganda traziam fotos coloridas e um texto bem elaborado que ajudaram a construir a imagem da eficiência do futuro atendimento médico. Evidentemente, eram fotos de studio e o texto se baseava mais nas aspirações do possível comprador que na realidade do projeto.

Mas como não acreditar que aquele plano se tornaria realidade se a própria Caixa Econômica Federal, em janeiro de 1976, aprovou o financiamento para a obra, destinando recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS à construção do Hospital. O contrato entre a Companhia de Empreendimentos Hospitalares e a Caixa Econômica Federal foi assinado em outubro de 1976, consumando a aprovação do processo protocolado sob o número 268/75.

Ainda vivíamos um período em que a maioria da população oferecia irrestrita confiança aos negócios que tinham o aval dos órgãos oficiais de crédito. Hoje, todos sabem que muito dinheiro público foi repassado aos empreendimentos mais espúrios. Basta citar o caso Luftalla, o dinheiro destinado às financeiras ou o que recebeu o Sr. Atalla. Isto serviu para alertar o público. Mas naquela época, como dizíamos, a impossibilidade total da denúncia, do exercício da crítica, limitava a consciência pública sobre os desmandos cometidos. Então, o convênio com a Caixa Econômica Federal foi um ponto decisivo para que a Companhia de Empreendimentos Hospitalares se fizesse valer da boa fé de nosso povo.

Embora os recursos oficiais recebidos, embora os recursos captados junto à população através da venda de cotas, a empresa responsável não conseguiu até hoje colocar o hospital em funcionamento. Foi concluída a obra física, mas a Companhia pede novos recursos oficiais para a compra de

equipamentos sofisticados. Reclama do governo novas verbas, mais dinheiro, para complementar seu projeto. Mas a Caixa Econômica Federal, nesta nova conjuntura em que a pressão popular conquistou um espaço para denunciar negociatas, se vê constrangida em aprovar novos repasses a uma empresa que não cumpriu seus compromissos. Com um passivo de quatorze milhões de cruzeiros, a Companhia de Empreendimentos Hospitalares requereu concordata preventiva.

Era evidente que uma empresa em tal situação já não podia merecer confiança pública. E aqueles que compraram cotas para um dia usufruir dos serviços de assistência à saúde prometidos, decidiram deixar de pagar as mensalidades. Afinal de contas, tinham tomado consciência de que estavam pagando há muito tempo por um empreendimento predestinado à falência e que continuar a cumprir com o contrato que assinaram como beneficiários significaria contribuir apenas para o enriquecimento dos empresários que se lançaram a essa aventura com cobertura oficial.

Mas os empresários não estavam satisfeitos com as vantagens que obtiveram até então como participantes privilegiados. Privatizados os lucros e os recursos oficiais que receberam na forma de financiamentos, insistem em socializar os prejuízos de uma obra mal administrada. Não esquecem de cobrar o pagamento das cotas de algo que não existe. E a população se vê diante de todo o aparato do poder judiciário como réus de um crime que não cometeram. É fácil encontrar nos Códigos, as leis que os obrigam a cumprir o compromisso mensal de pagamento de notas promissórias que assinaram em troca da promessa de uma assistência médica que não se realizou.

Uma situação absurda, como é absurda a situação de todos os que vivem neste País desde o momento em que se instalou o arbítrio para favorecer os poderosos e prejudicar a maioria da população, que se vê sem defesas diante da ação dos monopólios e da iniciativa privada que explora todos os setores da vida nacional.

É certo que a Secretaria da Saúde Pública preocupou-se com o caso. O atual Secretário, Oscar Alves, ficou bastante sensibilizado com os reclamos dos empresários, que lamuriavam a necessidade de novos recursos oficiais. Chegou a constituir uma Comissão destinada a estudar a situação do Hospital e a aventar a possibilidade de que o Estado viesse a comprar o empreendimento. Solução que retiraria os proprietários da Companhia de Empreendimentos Hospitalares da insolvência. Não lembrou o Secretário, da situação dos milhares de cotistas que vêm sendo pressionados a pagar pelo empreendimento quase falido. Não lembrou que mais correto seria perguntar antes pela situação de quem comprou cota para depois pensar nos problemas de quem planejou esta aventura para ganhar bom dinheiro. Somos a favor da assistência médica e hospitalar oferecida pelo Estado. Mas não acreditamos que o Estado deva realizar seu papel desta forma, comprando empreendimentos falidos. Preocupa-nos que isso possa acontecer, considerando o interesse do Secretário Oscar Alves.

O que está em jogo, Senhores Deputados, é a situação em que se encontram milhares de pessoas que destinaram parte de seu salário ao pagamento de uma obra que não se realizou embora tenha recebido apoio e crédito do governo através de um órgão financeiro. O que está em causa é a situação de todos os brasileiros que se vêem sem defesas diante da ação de grupos econômicos que contam com o respaldo do regime para cometer crimes contra a economia popular. É hora de dar um basta a esta situação que é tanto mais grave na medida em que se refere às necessidades básicas da população como é o caso da assistência à saúde.

Este exemplo do Hospital de Piraquara, é ilustrativo dos casos que se estabeleceu desde que o governo, fiel aos princípios que gestaram o movimento militar de 1964, decidiu pela privatização da assistência médico-hospitalar. Antes disso

o Estado tentou constituir sua rede de hospitais. Logo o projeto sucumbiu diante dos protestos e pressões contra a estatização. Levantaram-se aqueles que sempre acenam com o fantasma do comunismo em defesa da iniciativa privada num setor que, todos sabem, é necessária a presença decidida do Estado para fazer valer os interesses da maioria.

Venceram em 1964 as aves de rapina. Desde então, o governo decidiu incorporar a empresa privada ao sistema de assistência médico-hospitalar. O INPS continuou controlando as arrecadações previdenciárias, o pagamento dos serviços médico-hospitalares e a triagem dos doentes. A rede privada assumiu o atendimento direto aos pacientes. Criou-se o Ministério da Previdência Social que estimulou a empresa privada com financiamentos a juros favorecidos e reajustamento das diárias, o que tornou o setor altamente rentável. Ao mesmo tempo, separou as atividades hospitalares das previdenciárias, criando o Instituto de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Esse sistema logo mostrou-se ineficiente. De um lado, o INPS, remunerando a quase totalidade dos serviços médico-hospitalares do País. Do outro, um serviço prestado por hospitais privados que se apoiam no lucro".

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, não pretendo me imiscuir no problema em si, levantado com muita oportunidade, por se tratar de uma coisa das mais sérias de que se tem conhecimento nesses últimos tempos no Paraná. Mas, genericamente, o aspecto da medicina no Brasil, nos leva a uma profunda reflexão.

Nós hoje vemos o problema médico-hospitalar dentro de uma visão extremamente mercantilista, quanto à industrialização da medicina. Em que muitas vezes os financiamentos através de órgãos públicos, com verbas oriundas inclusive, por vezes, da poupança popular, são jogados em financiamentos, em operações, cujo objetivo final, trata-se da lucratividade de alguns poucos na industrialização dessa medicina.

As reações estão sendo sentidas, nós vemos hoje, felizmente, os médicos residentes preocupados com a problemática; nós vemos alguns setores da medicina, voltados à verdadeira função social desta instituição. Nós vemos o problema de Londrina em que a reação comunitária está a testar, o desprezo àqueles que pretendem uma visão extremamente material desta profissão e desses serviços.

O próprio estudo da medicina hoje, gera uma série de insatisfação no meio dos estudantes universitários desse setor. Mas, ilustre Deputado, exatamente a situação da medicina no Brasil, como nós vemos exemplos como os agora trazidos nesta denúncia, seríssima, em que a opinião pública, o povo é iludido por grupos e por interesses pessoais, fazendo com que esse setor de segurança da saúde, seja envolvido e seja apenas tratado por interesses efetivamente mercantilistas.

Quando achamos que a medicina no Brasil deve ser socializada, para que tenhamos, como a Inglaterra e outros países, a medicina socializada pré-natal e após o nascimento, preventiva e emergencial em todos os campos, quando sentimos que o próprio INAMPS hoje, no Brasil, descontenta aquele que precisa, e o médico que dá o serviço, urge que denúncia como a sua seja como Vossa Excelência está fazendo. Seja colocada no quadro geral do problema da saúde brasileira.

Ou o Estado assume este difícil encargo mas sério para o povo, de privatização e socialização da medicina em todos os setores e em todos os serviços, ou nós continuaremos, às vezes, com a convivência, a participação de órgãos oficiais do próprio Governo, contribuindo para que alguns grupos, conglomerando setores médicos, passem a fazer da medicina uma indústria lucrativa para aumentar as suas contas bancárias. Ou a medicina tem uma função social, porque é assim que ela deve ser conduzida, ou nós continuaremos com objetivos mercantilistas, in-

dustrializando este setor seríssimo para a vida deste País e da família brasileira.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado ao nobre Deputado.

Apenas para ilustrar, quando se fala em benefícios a grupos econômicos, que financiamento inicial, segundo informações, foi de 70 milhões de cruzeiros para a construção da obra.

Todos sabemos que o máximo foi de 20 milhões aplicado para a construção deste Hospital. E 50 milhões restantes, financiados pelo FAS à Companhia de Empreendimentos Hospitalares?

"Mas, no centro, os doentes que não têm o direito a reclamar e devem se contentar com um serviço hospitalar nivelado por baixo.

O médico, nesse modelo, passou a assalariado mal remunerado. Segundo um professor, "estatizaram a arrecadação, privatizaram os lucros e socializaram os médicos e os prejuízos".

Além de pecar pela burocratização em benefício dos hospitais privados, este sistema criou novas dificuldades. O sistema, que parece simples, acabou gerando deformações. A maioria dos hospitais privados nunca estão contentes com os seus lucros. Reclamam a revisão das tabelas, flexibilidade na aceitação das contas e mais dinheiro. Outros optaram pelo caminho mais fácil da desonestidade. Transformaram-se em indústrias que fabricam doenças e doentes. Envia ao INAMPS contas absurdas que a ingenuidade do computador deixa passar. Aprenderam a burlar a programação e lucram com isso.

Nessa história, o doente, o povo, passou a ser o fator menos importante. Um sistema de assistência médica que se guia pelo lucro, num país onde a saúde da população é mais que precária, tornou-se absurdo e só se justifica pela convivência do regime com aqueles que exploram a doença para obter vantagens incalculáveis.

Hoje, abrir um hospital é um excelente negócio. Toma-se dinheiro público num órgão financeiro oficial a juros baixos; instala-se uma assistência médica de baixa qualidade utilizando a mão-de-obra barata do recém-formado que precisa sobreviver e a cada final de mês apresenta-se a conta ao INAMPS. Esta é a receita para obter bons lucros. Uma receita para obter bons lucros. Uma receita que a Companhia de Empreendimentos Hospitalares também seguiu à risca, aditando ainda os recursos provenientes da venda de cotas ao público.

Mesmo assim, não terminou a instalação do hospital e pede novos financiamentos especiais. Ou entra em negociações com a Secretaria da Saúde para que o Estado assumo o ônus de uma aventura empresarial feita em nome das carências de saúde da população.

É um caso grave este diante do qual nos deparamos.

Um caso de injustiça que se comete contra uma parcela da população e que não mereceu ainda qualquer medida do Governo ou da Justiça no sentido de que seja sustada a ação deste grupo econômico. Pelo contrário, tudo parece conspirar contra aqueles que foram fraudados em sua ingenuidade.

A Caixa Econômica Federal que autorizou o financiamento se põe omissa. A Justiça acolhe as razões da empresa e o Estado se apresenta como possível comprador do empreendimento sem examinar as responsabilidades daqueles que fraudaram o povo.

Quero deixar claro que, desta tribuna, continuarei a denunciar todas as soluções que se constituam em aberrações contrárias aos interesses populares. E espero que este exemplo que caracteriza a ineficiência do sistema vigente de assistência médico-hospitalar, possa ajudar a todos a ampliar a consciência de que a privatização da medicina foi um erro e que o único caminho que poderá reconsiderar os interesses da maioria é a presença do Estado numa ação ordenada e bem definida, que

não a de ser apenas a saída para empresários falidos ou a de promotor de bons negócios para os que exploram a doença.

Eu espero contar com todos os Deputados desta Casa. Afinal de contas, as informações são de que 70 milhões de cruzeiros foram financiados à Companhia de Empreendimentos Hospitalares.

O Hospital de Piraquara está fechado; os cotistas estão nos cartórios e nas páginas de jornais, diariamente; basta para isso, abrir todos os jornais de Curitiba e as colunas de protestos a cada dia que passa, trazem centenas e centenas de nomes.

E os sócios-proprietários desta Companhia de Empreendimentos Hospitalares, continuam bem à vontade, bem folgados, enquanto a população vem sofrendo, perdendo a tranquilidade e perdendo, o que é mais grave, o seu pouco dinheiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era isso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Usará da palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Chegamos ao recesso parlamentar. E este período de recesso, realmente cria tonalidade de preocupação, em termos da tão propalada reformulação partidária. Os Parlamentos vazios, e evidentemente, os luminosos de gabinetes de Brasília, vão traçar seus planos maquiavélicos, falando em nome da liberdade democrática, falando em pluripartidarismo, em prorrogação de mandatos e extinção de partidos.

Parece que o quadro já está delineado, desenhado e inserido dentro de uma ordem cronológica, onde as ações casuísticas, com um simples apertar de botões, acabarão explodindo de tempo em tempo: vem a anistia, em seguida a extinção do MDB e da ARENA, e em seguida, a prorrogação dos mandatos.

É hora de se concitar os verdadeiros emedebistas, a verdadeira Oposição, porque o Governo Federal, o golpe de 64, abre uma porta para a Oposição e fecha a outra; extingue o AI-5, mas prorroga os mandatos, extingue o 477, extingue também o MDB.

É o que sempre digo: "tira do pau de arara e põe no choque elétrico; tira do choque elétrico e põe no pau de arara".

Em nome da liberdade democrática, neste mês de julho e no mês de agosto, teremos perpetradas as medidas governamentais.

Mas, que liberdade democrática que tanto falam, quando já estabelecem também o número de partidos para a nova constituição Partidária do País? Quatro ou cinco, já há uma limitação, conseqüentemente, não há liberdade democrática, porque a liberdade permite que se funde um partido político aqui, outro na esquina, outro na cidade do interior, sem limitação. Havendo esta limitação, já se fala: dois não dá, vamos para quatro ou cinco. Já é também uma limitação. Então, não há liberdade democrática.

Mas, a verdade é que a Oposição, os troncos oposicionistas deste País, devem, a partir de agora, definir uma posição de luta em favor do MDB, porque a cena está preparada; a meta do Governo é atirar as grandes lideranças do MDB num degoladouro para que após, extenuada a força do MDB, o Governo possa implantar em cima do exterco do MDB os seus Partidos insensíveis e arbitrários, ligados e atrelados ao regime de Governo.

É preciso que os verdadeiros emedebistas levanten mais alto a bandeira, comecem a afiar a coragem, engatilhar a razão, únicas armas prováveis e possíveis para combater esta falsária, esta fictícia, esta pseudo-democracia, para se criar uma demo-

cracia de fato, neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O nobre Deputado Nilton Miguel Friedrich, na sessão de 12 do corrente, fez um pronunciamento nesta Casa tecendo um rosário de acusações ao Prefeito Duílio Genari.

Sua Excelência não apresentou dados, apenas investiu contra a Administração Municipal de Toledo - que tem na pessoa do Prefeito Duílio Genari um dos seus mais dinâmicos titulares - , pretendendo denegrir a personalidade daquele homem público.

Acreditamos que Sua Excelência não poderia mesmo alinhar dados reais, para testemunho de suas acusações: eles não existem, e não sabemos quais os mais que o induziram às afirmativas do dia 12 do corrente. Por certo Sua Excelência, que é um homem que pretemde ser um paladino da Justiça, já ter verificado as injustiças cometidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes de procedermos à enumeração de dados e dizer a todo o Paraná a integridade do comportamento administrativo do Prefeito Municipal de Toledo Sr. Duílio Genari, voltamos a afirmar que o mesmo se situa entre os mais dinâmicos e produtivos do nosso Estado.

Queremos agradecer as intervenções do nobre Deputado Jurandir Messias, que, embora não conhecendo profundamente a região Oeste, e os problemas enfocados pelo nobre Deputado Nilton Friedrich, aparteu-o e produziu as sóbrias intervenções que os Anais desta Casa registram.

O Prefeito Municipal, Sr. Duílio Genari, é um cidadão de formação essencialmente democrática. Através de manifestação popular e direta, foi vitorioso em dois pleitos: obteve no primeiro o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Toledo, onde exerceu a sua presidência, e no segundo, o seu atual mandato de Chefe do Executivo toledano.

Portanto, negar a esse homem a prática democrática, como pretende o nobre Deputado Nilton Friedrich, somente podemos atribuir ao fato de que o Prefeito Municipal de Toledo não pertença aos quadros partidários do nobre Deputado da Oposição. Os fatos apontados pelo nobre Deputado oposicionista obedecem única e exclusivamente a singulares critérios políticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nobre Deputado Nilton Friedrich, inicia tais acusações ao Prefeito Duílio Genari, invocando a tramitação do orçamento do Município de Toledo junto à Câmara Municipal de Vereadores. Os menos avisados poderiam entender, à base das informações do acusador, que o Prefeito de Toledo estrangulou o Direito, ignorou leis, amarfanhou o Direito Administrativo. Não é bem assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A FAMEPAR, consultada a respeito, em duto parecer de número 045/28/79, concluiu pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade de tramitação da conduta da Câmara de Vereadores de Toledo, face à inobservância de requisitos legais na elaboração legislativa.

A um administrador público, a um Prefeito Municipal, por força de seu cargo, lhe cabem de pleno direito as atribuições que lhe são inerentes: admitir e demitir funcionários, conceder alvarás de licença, programar toda a sua administração, gerir as finanças do seu Município. Tudo isso, no interesse do bem comum e atendendo às aspirações comunitárias, sempre resguardado pela letra da Lei. E, ao admitir e/ou demitir funcionários, cobrar impostos e tributos com o respaldo legal, realizar as incontáveis obras que orgulham a sua coletividade, o Prefeito Duílio Genari não estava senão cumprindo as suas próprias obrigações, dentro dos parâmetros estabelecidos por seus direitos e responsabilidades.

Nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os funcionários

públicos do Município de Toledo foram empregados em campanhas políticas. Jamais, veículos e combustível de propriedade do Município de Toledo estiveram a serviço da faina eleitoral. E muito menos, de qualquer dos abnegados e prestimosos servidores da Prefeitura Municipal.

Julgamos oportuno solicitar ao nobre Deputado Nelson Miguel Friedrich que revise as informações recebidas. Sua Excelência, há de constatar que estas foram distorcidas e truncadas, pretendendo o informante que uma das melhores administrações municipais que Toledo já teve, -- a do atual Prefeito Duílio Genari, -- fosse desvalorizada e desmerecida, o que é injusto.

Queremos destacar aqui, para conhecimento do Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as mais importantes realizações administrativas do Prefeito Municipal de Toledo. Através delas a opinião pública julgará o seu acusador e qualificará o acusado.

Fomos acusados de ter utilizado veículo da Prefeitura Municipal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, -- qual o Deputado que não acompanha o Prefeito do seu Município em solenidades, inaugurações etc., ou quando é necessária a sua presença em assunto de interesse da coletividade?

Quem já suportou, como nós já suportamos por duas vezes, a chefia da Administração Municipal, com as rédeas no pulso em todas as horas, poderá aquilatar melhor quais as vicissitudes e problemas com que nos defrontamos, face às responsabilidades que temos perante o povo e perante os compromissos assumidos; quais as melhores decisões que devem ser tomadas para o bem comum e para estabelecer o processo sistemático de soerguer o Município, para o progresso; quais as medidas para criar o contentamento e o bem-estar para todos; quais os cuidados meticulosos para a melhor aplicação dos valores que, na realidade, pertencem ao povo.

O nobre parlamentar Sr. Nelson Miguel Friedrich, além das acusações à administração do Prefeito Duílio Genari, poderia, a bem da verdade, ter estendido o seu pronunciamento, informando também a esta Casa que no período de 28 meses o Sr. Genari realizou, aduziu e trouxe para Toledo o que passamos a enumerar, realizações que, sem a menor dúvida, devem ser do conhecimento de Sua Excelência:

Reforma estrutural e administrativa da Prefeitura Municipal;

Reforma Tributária no Município;

Cursos de aperfeiçoamento de pessoal;

Celebração de diversos convênios com:

a) FUNDEPAR -- construção e reparos de escolas;

b) COPEL -- construção de redes em vilas do Município;

c) EBTU -- implantação de Distrito Industrial, asfaltamento de ruas e reforma administrativa;

d) GOVERNO FEDERAL -- construção do Centro Social Urbano, com 1.400 m²;

e) TELEPAR -- canais telefônicos de Novo Sarandi, Ouro Verde, São Pedro, Vila Nova e Dez de Maio;

f) CIRETRAN -- implantação da CIRETRAN;

g) EMOPAR -- reparos de diversas escolas;

h) SECRETARIA DA SAÚDE -- construção dos Postos de São Pedro, Novo Sarandi e Luz Marina e construção do Centro de Saúde de Toledo com 300 m²;

i) SANEPAR -- perfuração de poços artesianos em São Pedro (atendimento de 350 famílias) e em Ouro Verde (atendimento de 600 famílias) e rede para abastecimento d'água.

Foram doadas áreas de terra para:

CAFÉ DO PARANÁ -- construção de armazém e escritório;

APASEM -- construção de Laboratório de ANÁLISE

DE SEMENTES;

SUREHMA -- construção de Laboratório;

SUDEP - SUREHMA -- construção do Centro de PISCICULTURA - segundo do País;

DETRAN -- 2.400 m² para construção da Delegacia Regional de Polícia e CIRETRAN;

Construído o Armazém e Escritório da CAFÉ DO PARANÁ;

Construído o LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES DA APASEM;

Construído o LABORATÓRIO DA SUREHMA -- terceiro do Paraná;

Em construção o CENTRO DE PISCICULTURA da SUDEP - SUREHMA;

Construção de 14 pontes com vãos de 16 e 41 metros;

Construção de dezenas de pontes com vão inferior a 16 metros;

Construídos cerca de mais de 280 bueiros;

Construção de dois Núcleos Residenciais do BNH -- Vila Industrial com 295 residências e Vila Pioneiro com 300 residências;

Pavimentação asfáltica de mais de 250.000 metros quadrados das ruas da cidade e Distritos e recapamento de mais de 60.000 metros quadrados de ruas;

Fabricação de mais de 45.000 metros de tubos de cimento;

Aplicação de mais de 30.000 metros de tubos de cimento em galerias de águas pluviais;

Execução de mais de 50.000 metros de meio-fio;

Duplicação da Avenida Parigot de Souza, com três quilômetros de extensão e desapropriação de áreas em sua extensão;

Construção do Trevo Rodoviário no entroncamento da Avenida Parigot de Souza com a BR-467;

(Em execução) Avenida do Aeroporto, com duas pistas, com canteiro central urbanizado;

Ensaibramento de mais de 240 quilômetros de estradas municipais;

Construção do GINÁSIO DE ESPORTES, com área total de 3.300 metros quadrados, com cobertura metálica, um dos maiores do Paraná;

Construção de dez canchas de esportes, polivalentes, três das quais com iluminação;

Iluminação do "ESTÁDIO 14 DE DEZEMBRO" -- primeiro de toda região;

Construção de Oficina e Almoxarifado Municipal com 1.200 metros quadrados de área coberta;

Construção da Agência de Rendas, já em funcionamento;

Construção de Praças Públicas em quatro Distritos e uma na sede municipal;

Aquisição de trinta e dois (32) veículos, compreendendo caminhões, tratores, rolos compressores, retro-escavadeiras e pás escavadeiras;

Aquisição de um sistema de britagem com capacidade de 60 m³ por hora;

Construção de dezenove (19) prédios escolares, em convênio;

Construção de vinte e quatro (24) salas de aula e reforma geral em outras vinte e duas salas;

Funcionamento da Casa da Cultura e inauguração da Biblioteca Pública Municipal.

Foram cobertos na Casa da Cultura; cursos de Piano, violão, acordeon, instrumentos de sopro, pintura, teatro, dança, ginástica, cerâmica etc., com a frequência média de 350 pessoas diariamente.

Neste ano de 1979, arca com as despesas de 371 professoras e 118 zeladoras municipais, todas elas recebem os seus

salários, dentro do mês seguinte ao vencido.

Foram criados ginásios em Distritos - 5.^a a 8.^a série:-

1.^o) Ouro Verde - 400 alunos;

2.^o) São Pedro - 350 alunos;

3.^o) Dez de Maio - 180 alunos;

4.^o) Nova Concórdia - 170 alunos;

5.^o) Luz Marina - 140 alunos; todos mantidos pela Prefeitura e participação da comunidade.

Firmou convênios - Programa de Alfabetização Integrada e Programa de Educação Integrada para um total de 7.565 alunos.

Instalação do Centro de Ensino Profissionalizante, em março de 1977. Realizou cursos com 1.925 participantes, até junho de 1.979.

Plantio de 8.000 árvores.

Conclusão do Centro de Saúde com área de 300m².

Realizaram-se 244 jogos de basquete, volei, handbol e futebol de salão.

Encontra-se em preparação para os JOGOS ABERTOS DO PARANÁ a serem realizados de 12 a 22 de outubro do corrente ano, para orgulho, não só de Toledo, mas também de todo o Oeste e Sudoeste, por ser a primeira em toda a região.

Discagem Direta no Distrito de Novo Sarandi, com mais de 60 telefones.

Em construção - Central para 200 telefones no Distrito de Ouro Verde.

Construído o Posto da TELEPAR, no Distrito de São Pedro.

Ampliação da Central telefônica da sede municipal, de 600 para 1.800.

Eletificação rural da COPEL com mais de 700 ligações.

Construção de redes para eletrificação do Distrito de São Sebastião.

Convênios assinados e pagos os respectivos valores, para eletrificação dos Distritos de NOVO SOBRADINHO, BOM PRINCÍPIO e TRÊS MARCOS; em construção, em convênio com a SANEPAR de mais de 20.000 metros de redes de água na sede municipal.

Construção em convênio da ESCOLA DO PREMEN - 2.^o grau - com 10 salas de aula e dependências.

Instalação e funcionamento dos cursos profissionalizantes do PREMEN, compreendendo, mecânica, administração, enfermagem, saúde.

Instalação da 1.^a Vara Criminal e da 2.^a Zona Eleitoral.

Fornecimento de milhares de Certidões de Nascimento, em convênio com o Governo do Estado e com a L.B.A.

Atendimento gratuito, médico e dentário, a escolares da 1.^a à 4.^a série.

Credenciamento dos Hospitais de Toledo pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Colaboração e participação na Campanha de produtividade do trigo.

Colaboração e participação na Campanha de Combate à Erosão.

Inclusão de Toledo no Grupo denominado Cidades de Porte Médio.

Distribuição de 168 toneladas de merenda escolar.

Em regularização o saneamento e urbanização da área urbana, denominada "Pouso Frio", para tranquilidade de centenas de famílias humildes ali residentes.

Colaboração e participação efetiva para instalação da 3.^a Companhia de Polícia Militar, do 6.^o Batalhão.

Foi instalada a agência da Caixa Econômica Federal em Toledo.

Foi instalada a agência Regional do Banestado.

Foi instalada a agência do Bradesco no Distrito de Vila Nova.

Foram concedidos subsídios financeiros regulares e

constantes, (superiores a Cr\$ 1.500.000,00), à Fundação Educacional de Toledo - FUNET.

E, finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, entre os 290 municípios paranaenses, TOLEDO promoveu-se do 8.^o para o 7.^o lugar na arrecadação do I.C.M.

Estas realizações estão à disposição de quem quiser visitar TOLEDO, na certeza de que o Sr. Prefeito Municipal se sentirá muito honrado."

Permitirei o aparte ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich - Ilustre Deputado, infelizmente o tempo é curto e pediria até ao ilustre Presidente, para em seguida me inscrever no horário reservado às Explicações Pessoais.

Mas, digo, rapidamente, nos segundos que me restam: existe um mandado de segurança, que já se venceu na primeira instância e está na segunda, com parecer do Tribunal de Contas e do IBRM provando as irregularidades e a ilegalidade do Sr. Prefeito, no caso do orçamento e que em cima desse orçamento, com vício de origem, acabou fazendo um empréstimo vultoso a juros elevadíssimos e que Vossa Excelência, juntamente com o Prefeito de Toledo, e mais o Deputado Federal, Antônio Mazurek, constam de um processo eleitoral, exatamente, por utilização com fotografias, de viaturas oficiais do Município de Toledo, fazendo campanha.

Existe a Secretaria...

O SR. EGON PUDELL - Esse tipo de expediente, Deputado, e estou aqui de consciência tranqüila e em última instância, é a justiça que irá se pronunciar a respeito e não é Vossa Excelência e muito menos eu.

O Sr. Nilton Friedrich - Queria agradecer, inclusive ao Prefeito de Toledo.

Isso eu devo agradecer, que a ARENA 2 e 3, hoje, as suas partes mais expressivas, estão no MDB.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH - (Questão de ordem) - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa defere o pedido do nobre Deputado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.^o 02/77, oriundo da Mensagem Governamental n.^o 124/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução do artigo 37, do regulamento do Código Nacional de Trânsito. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 02/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica incluída no currículo de ensino de 1.^o grau, do 1.^o ao 4.^o ano, das Escolas Públicas e Particulares, a disciplina "Ecologia e Meio Ambiente".

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.^o 42/79, oriundo da Mensagem Governamental n.^o 38/79, que aprova

convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e os Municípios de: Doutor Camargo, em 30/01/79; Wenceslau Braz, em 22/02/79; Uniflor e Quitandinha, em 23/02/79; Nova Fátima, Itambaracá, Nova Aliança do Ivaí, Quedas do Iguaçu, Santa Cruz do Monte Castelo e Cândido de Abreu, em 1.º/03/79; Jundiá do Sul, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, São João, Bituruna, Maringá, Andirá, Guaporema, São Jorge do Oeste, Nova Esperança e Francisco Beltrão, em 02/03/79; Nova Cantu, Nova Aurora, São Carlos do Ivaí, Loanda, Jacarezinho, Carlópolis, Santa Inês, Paraíso do Norte, Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Pinhalão, Uraí, Engenheiro Beltrão, Ibaiti, Nova Santa Rosa, Moreira Salles e Sapopema, em 05/03/79; Salto do Itararé, Sertaneja, Siqueira Campos, Araruna, Formosa do Oeste, Rondon e Iretama, em 06/03/79; Planaltina do Paraná, São Sebastião da Amoreira, Terra Boa, Castro, Terra Roxa, Presidente Castelo Branco, Jaboti e Marmeleiro, em 07/03/79; São Pedro do Paraná, em 08/03/79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 20/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Icaraíma, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 41/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Diamante do Norte, com a intervenção de órgãos e objetivos que especifica. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado em 29 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e o Município de Diamante do Norte, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustível Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 45/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 42/79, que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os municípios que especifica, que com a intervenção da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 45/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e os Municípios de: Mamborê, em 29/11/78; Boa Esperança, em 08/01/79; Jataizinho, em 30/01/79; Altônia, em 02/03/79; Campo Mourão, em 07/03/79; Alvorada do Sul, Jaguapitã, em 08/03/79; Goioerê, Cascavel, em 09/03/79; Pitanga, Matelândia, Bela Vista do Paraíso e Cianorte, em 12/03/79; Manoel Ribas, Tibagi, em 13/03/79; Diamante do Norte, em 14/03/79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 46/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando a operacionalização e execução dos Projetos "Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino" e Habilitação de Professores não Titulados — HAPRONT — Pr. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 02 e 13 de março de 1979, respectivamente, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Educação e Cultura, o primeiro objetivando a operacionalização dos Projetos "Apoio

Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino", e o segundo a execução dos Projetos "Habilitação de Professores não Titulados" — HAPRONT — Pr.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 47/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 49/79, que aprova convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA — e o Governo do Estado, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a implantação do zoneamento industrial das áreas críticas da poluição.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de dezembro de 1978, que o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA —, e o Governo do Estado do Paraná, figurando como intervenientes a Secretaria de Estado do Planejamento — SEPL — e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC —, e tendo por objetivo a implantação do zoneamento industrial das áreas críticas de poluição.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 48/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 54/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaraci, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 10 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR —, e o Município de Guaraci, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/79, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná — CABENFALE — referente verba de Assistência Social, período março a dezembro de 1976.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo Único — Fica aprovada a prestação de contas referente à Verba de Assistência Social, repassada pela Assembléia Legislativa para, através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE — custear gastos com a assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no período de março a dezembro de 1976.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 55/79, que aprova contas referente a recursos repassados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa — CABENFALE — referente Verba de Assistência Social, exercício de 1978.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo Único — Fica aprovada a prestação de contas referente a aplicação dos recursos repassados pela Assembléia Legislativa para, através da Caixa Beneficente dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE — custear gastos com a assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no exercício de 1978.—

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RELATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 56/79, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1978.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo Único — Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1978.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45/77, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina de Foz do Areia.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 45/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada USINA JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, a Usina de Foz do Areia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI,

Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 09/79, que torna obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares de Ensino de 1.º grau, o estudo da disciplina “Ecologia e Meio Ambiente”. –Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 09/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica incluída no currículo de ensino de 1.º grau, do 1.º ao 4.º ano, das Escolas Públicas e Particulares, a disciplina “Ecologia e Meio Ambiente”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes,

constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinada à Secretaria da Educação, a criação de uma Inspeção de Ensino no Município de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon. – Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados o aprovam; nenhum rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 30, sábado, às 10,00 horas, destinada ao encerramento do primeiro período ordinário de sessões da 1.ª Sessão Legislativa da 9.ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.